- 3) Os prazos atrás indicados só poderão ser alargados mediante requerimento do interessado dirigido ao presidente da Câmara justificando pormenorizadamente as razões do atraso.

Caso a Câmara venha a deferir o referido requerimento, será estabelecido novo prazo.

4 — Casos especiais. — Esses casos serão analisados pontualmente pela Câmara Municipal que decidirá em conformidade.

5 — Condicionantes. — Todos os lotes destinar-se-ão a habitação unifamiliar e terão que obedecer aos condicionamentos impostos pelo Regulamento do respectivo processo de loteamento.

6 — Preços dos lotes:

- 1) O preço para a compra de um lote é de 12,50 euros o metro quadrado;
- 2) Deverá ser prestada uma caução inicial de 10 % do valor total do lote, logo que este lhe seja atribuído.

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Aviso n.º 972/2005 (2.ª série) — AP. — *Renovação de contratos a termo certo.* — Para os devidos efeitos se torna público que foram renovados os prazos dos contratos celebrados ao abrigo do artigo 9.º da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho, com os seguintes trabalhadores desta Câmara Municipal:

Américo Filipe Fiúza dos Santos — vigilante de jardins e parques infantis, com data de início do contrato de 2 de Agosto de 2004 e data de fim do contrato de 1 de Agosto de 2005.

Ana Paula Amaro Morais Teixeira — auxiliar de acção educativa, com data de início do contrato de 16 de Agosto de 2004 e data de fim do contrato de 15 de Agosto de 2005.

Mónica Sofia Santos Miranda — auxiliar de acção educativa, com data de início do contrato de 16 de Agosto de 2004 e data de fim do contrato de 15 de Agosto de 2005.

Ana Carolina da Silva Antunes — auxiliar de acção educativa, com data de início do contrato de 16 de Agosto de 2004 e data de fim do contrato de 15 de Agosto de 2005.

Sónia Cristina Amaro da Silva — auxiliar de acção educativa, com data de início do contrato de 16 de Agosto de 2004 e data de fim do contrato de 15 de Agosto de 2005.

Ivone Barreira Camarão — auxiliar de acção educativa, com data de início do contrato de 16 de Agosto de 2004 e data de fim do contrato de 15 de Agosto de 2005.

Maria de Lurdes Silvestre Nobre Novais Lopes — auxiliar administrativo, com data de início do contrato de 1 de Setembro de 2004 e data de fim do contrato de 31 de Agosto de 2005.

Helena da Graça Fernandes Especiosa da Cunha Rodrigues — auxiliar de acção educativa, com data de início do contrato de 1 de Setembro de 2004 e data de fim do contrato de 31 de Agosto de 2005.

Hélder Manuel Ribeiro Lopes — técnico profissional de 2.ª classe (animação cultural), com data de início do contrato de 1 de Setembro de 2004 e data de fim do contrato de 31 de Agosto de 2005.

Carolina do Nascimento Pereira — técnico profissional de 2.ª classe (animação cultural), com data de início do contrato de 1 de Setembro de 2004 e data de fim do contrato de 31 de Agosto de 2005.

11 de Janeiro de 2005. — O Vice-Presidente da Câmara, *Gil Ricardo Sardinha Rodrigues*.

CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA

Edital n.º 124/2005 (2.ª série) — AP. — Engenheiro António Domingos da Silva Tiago, vice-presidente da Câmara Municipal da Maia:

Torna pública a alteração ao Regulamento Municipal de Taxas e Encargos nas Operações Urbanísticas, aprovado na reunião ordinária desta Câmara Municipal realizada no dia 5 de Agosto de 2004, e homologado pela Assembleia Municipal na sua 5.ª sessão ordinária que teve lugar no dia 22 de Dezembro de 2004, após ter sido previamente publicitado em inquérito público durante 30 dias, através de edital publicado no *Diário da República* n.º 625/2004, apêndice n.º 119/2004, 2.ª série, n.º 225, de 23 de Setembro de 2004, não tendo sido deduzido contra o mesmo qualquer reclamação ou pedido de informação.

Estando assim cumpridos todos os requisitos materiais, orgânicos e formais, seguidamente se publica o mencionado Regulamento, para que todos os interessados dele tenham conhecimento, nos termos da legislação em vigor.

7 de Janeiro de 2005. — O Vice-Presidente da Câmara, *António Domingos da Silva Tiago*.

Alteração ao Regulamento Municipal de Taxas e Encargos nas Operações Urbanísticas

Preâmbulo

Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redacção que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho, no exercício do seu poder regulamentar próprio, os municípios aprovam regulamentos municipais relativos ao lançamento e liquidação das taxas que, nos termos da lei, sejam devidas pela realização de operações urbanísticas.

O município da Maia aprovou o Regulamento Municipal de Taxas e Encargos nas Operações Urbanísticas, o qual necessita, no momento, de ser alterado.

Os motivos que levam à consideração da sua alteração prendem-se fundamentalmente com a publicação do Decreto-Lei n.º 68/2004, de 25 de Março, o Decreto-Lei n.º 68/2004, que estabelece os requisitos a que obedecem a publicidade e a informação disponibilizadas aos consumidores no âmbito da aquisição de imóveis para habitação, designadamente do disposto no artigo 5.º, que refere a obrigatoriedade do promotor imobiliário estar obrigado a manter um exemplar da ficha técnica da habitação de cada prédio ou fracção na Câmara Municipal onde corre os seus termos o processo de licenciamento respectivo, sendo o seu depósito efectuado contra o pagamento de uma taxa a fixar pela Assembleia Municipal na sequência de proposta da Câmara Municipal antes da realização da escritura que envolva a aquisição da propriedade de prédio ou fracção destinada à habitação.

Incluindo-se esta taxa no âmbito do Regulamento Municipal de Taxas e Encargos nas Operações Urbanísticas, publicado, através do edital n.º 189/2004, no apêndice n.º 37 ao *Diário da República*, n.º 69, de 22 de Março de 2004, impõe-se, por isso, a sua alteração.

Na sequência da necessidade desta alteração, aproveita-se também para efectuar uma série de alterações que se mostram necessárias na sequência da experiência obtida de alguns meses de aplicação do Regulamento, designadamente o esclarecimento de algumas dúvidas de interpretação de algumas disposições regulamentares, a alteração de quantitativos que se entendiam exagerados e a criação de novos quantitativos para serviços que serão, a breve prazo, disponibilizados, como o fornecimento das publicações do plano estratégico de desenvolvimento sustentável e do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação.

Assim, é apresentado o projecto de alteração do Regulamento Municipal de Taxas e Encargos nas Operações Urbanísticas para aprovação pelo respectivo executivo camarário, submissão a apreciação pública, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho, e Código do Procedimento Administrativo, e posterior aprovação pelos órgãos municipais.

Artigo 1.º

São alterados os artigos 5.º, 35.º, 38.º, 42.º e 45.º do Regulamento Municipal de Taxas e Encargos nas Operações Urbanísticas, que passam a ter a seguinte redacção:

«Artigo 5.º

Cobrança

1 — A cobrança das taxas devidas pela realização das operações urbanísticas é efectuada antes da emissão do alvará de licença ou autorização da respectiva operação.

2 — As taxas previstas nos artigos 24.º, 26.º, 27.º, 28.º e 30.º são cobradas com a apresentação do correspondente pedido.

3 — As taxas previstas no número anterior, liquidadas e não pagas, serão consideradas nulas, implicando a extinção do procedimento inerente.

Artigo 35.º

Cálculo do valor da TMU

1 — A TMU é determinada em função do custo das infra-estruturas e equipamentos gerais a executar pela Câmara Municipal, da

localização das operações urbanísticas, dos usos e tipologias das edificações, tendo ainda em conta o plano plurianual de investimentos municipais.

2 — Para efeitos de aplicação de taxas, são consideradas as seguintes zonas geográficas no concelho:

Zona	Descrição
A	Águas Santas, Gueifães, Maia, Moreira, Pedrouços, Vermoim e Vila Nova da Telha.
B	Barca, Gemunde, Santa Maria de Avioso, São Pedro de Avioso, Milheirós e Nogueira.
C	Folgosa, Gondim, São Pedro Fins e Silva Escura.

3 — A *TMU* é calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$TMU = K_1 * K_2 * K_3 * C * S + K_4 * 30 * C_2 + K_5 \frac{PPI}{\Omega_1} \Omega_2$$

4 — Os coeficientes e factores constantes da fórmula apresentada no número anterior têm o seguinte significado e assumem os seguintes valores:

- a) *TMU* (euros) — é o valor da taxa devida ao município pela realização, manutenção e reforço de infra-estruturas urbanísticas;
- b) K_1 — coeficiente que traduz a influência do uso, da localização e da tipologia de acordo com os valores constantes do quadro seguinte:

Tipologias de construção		Área total de construção	Zona	K_1
Edifícios destinados a habitação unifamiliar	Até 200 m ²	A	0,0090	
		B	0,0081	
		C	0,0072	
	Até 350 m ²	A	0,0162	
		B	0,0149	
		C	0,0131	
	Acima de 350 m ²	A	0,0288	
		B	0,0261	
		C	0,0230	
Edifícios destinados	Habitação colectiva	A	0,0288	
		B	0,0261	
		C	0,0230	
	Comércio, serviços, armazéns com área bruta de construção até 300 m ² , indústrias da classe D ou quaisquer outras actividades.	A	0,0315	
		B	0,0284	
		C	0,0252	
Armazéns ou indústrias em área industrial ou de armazenagem			0,0288	
Armazéns com área bruta superior a 300 m ² ou indústrias fora da área industrial ou de armazenagem, com excepção das indústrias da classe D.			0,0450	

- c) K_2 — coeficiente que traduz o nível de infra-estruturação existente no local e variável em função da necessidade de se complementar com a execução das seguintes infra-estruturas:

Número de infra-estruturas públicas existentes e em funcionamento	K_2
Arruamento não pavimentado	0,8
Arruamento pavimentado	0,85
Arruamento pavimentado e iluminação pública	0,9
Arruamento pavimentado, iluminação pública e abastecimento de água	0,95
Referidas anteriormente acrescidas de rede de saneamento básico	1,0

- d) K_3 — coeficiente que traduz a influência das áreas cedidas para zonas verdes e ou instalação de equipamentos, e que toma os seguintes valores:

Valores das áreas de cedência para espaços verdes públicos e equipamentos de utilização colectiva	K_3
1 — Edificações não incluídas em loteamentos urbanos e que não determinam impactos semelhantes a uma operação de loteamento, em acordo com o estabelecido no Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização, bem como casos em que não é atingido o valor parametrizado de área de cedência	1.00

Valores das áreas de cedência para espaços verdes públicos e equipamentos de utilização colectiva	K_3
2 — É igual ao calculado de acordo com os parâmetros aplicáveis pelos planos municipais de ordenamento do território (PDM, PU, PP) ou, em caso de omissão, pela Portaria n.º 1136/2001, de 25 de Setembro	1.00
3 — É superior até 1.25 vezes a área referida no n.º 2	0.95
4 — É superior até 1.50 vezes a área referida no n.º 2	0.90
5 — É superior em 1.50 vezes a área referida no n.º 2	0.80

- e) K_4 — número de estacionamento em falta, públicos e privados, exigíveis nos termos do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação;
- f) K_5 — coeficiente que traduz a influência do valor médio dos últimos quatro anos do investimento municipal na execução de infra-estruturas urbanísticas e equipamentos públicos destinados à educação, saúde, cultura, desporto e lazer, tomando o valor de 0.308, valor esse que será revisto através de deliberação da Câmara Municipal;
- g) C_1 — valor em euros para efeitos de cálculo, correspondente ao custo do metro quadrado de construção, a que se refere o n.º 1 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 13/86, de 23 de Janeiro, decorrente do preço da construção fixado na portaria publicada para o efeito, para as diversas zonas do País, tomando o valor de 629,53 euros, valor esse que será revisto através de deliberação da Câmara Municipal;
- h) C_2 — valor em euros para efeitos de cálculo, correspondente ao custo do metro quadrado referente ao estacionamento em falta, tomando o valor de 50 euros, valor esse a ser revisto através de deliberação da Câmara Municipal;
- i) S — representa a superfície total de pavimentos de construção destinados ou não à habitação, incluindo a área da cave;
- j) PPI — valor total do investimento previsto no plano plurianual de investimentos para execução de infra-estruturas urbanísticas e equipamentos públicos destinados a educação, saúde, cultura, desporto e lazer, reportados ao quadriénio, tomando o valor de 12 195 003 euros, valor esse a ser revisto através de deliberação da Câmara Municipal;
- k) Ω_1 — área total do concelho, urbana e urbanizável, correspondente a 36 103 336 m², valor este que será actualizado pela Câmara Municipal sempre que haja quaisquer alterações aos planos municipais de ordenamento do território em vigor no concelho;
- l) Ω_2 — área total do terreno objecto da operação urbanística (em metros quadrados).

5 — Quando nos processos de construção, ampliação ou alteração ao uso se verificar, cumulativamente, que:

$$F/2 \text{ e } F > S/120$$

a *TMU* será agravada de um valor Q , expresso em euros, dado pela seguinte expressão:

$$Q = (F - S/120) * 4,4 * C^1$$

em que:

- a) F — representa o número de fracções autónomas a constituir em cada prédio, sejam elas unidades de habitação, comércio, serviços, escritórios, armazéns ou indústrias, excepto as eventualmente correspondentes a estacionamento;
- b) S — tem o mesmo significado da alínea *i*) do número anterior;
- c) C^1 — tem o mesmo significado da alínea *g*) do número anterior.

6 — O valor da liquidação será arredondado, por excesso, para a centésima imediatamente superior.

Artigo 38.º

Liquidação e cobrança

1 — A *TMU* é cobrada conjuntamente com a taxa relativa à emissão do alvará de loteamento e obras de urbanização; de loteamento, de obras de urbanização, de construção, reconstrução, ampliação ou alteração de edifício; ou do alvará de licença ou autorização de utilização, quando se trate de alteração ao uso.

2 — Sem prejuízo do disposto no número anterior e para efeitos de aplicação do regime de isenção das cooperativas de habitação, a cobrança da *TMU*, nos casos de cooperativas de habitação, é diferida para o momento da emissão do alvará de utilização.

3 — O pagamento da *TMU* poderá ser autorizado em regime de prestações, mediante deliberação da Câmara, desde que seja pago, de imediato, 50 % do valor total liquidado, sendo o restante pago de acordo com plano a apresentar pelo requerente, não podendo ultrapassar o momento do pedido da licença de utilização, quando se tratar de obras de edificação e da recepção provisória no caso de se tratar de loteamentos e obras de urbanização.

4 — O fraccionamento da cobrança previsto no número anterior será concedido desde que seja prestada caução nos termos do disposto no artigo 54.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro.

5 — Para efeitos do disposto no n.º 3, as prestações mensais a liquidar, de acordo com o plano aprovado pela Câmara Municipal, incluirão sempre o valor correspondente à aplicação de juros de mora contados sobre o respectivo montante em dívida até à data do pagamento efectivo de cada uma das prestações.

6 — Sempre que ocorrer atraso no pagamento das ditas prestações, aplicar-se-á um acréscimo de 1 % pelo tempo de mora.

Artigo 42.º

Compensação em numerário

1 — No caso da compensação ser em numerário, o seu quantitativo será estabelecido de acordo com a seguinte fórmula:

$$Q \text{ (euros)} = K_1 \times Ab \times C$$

em que:

- a) Q (em euros) — corresponde ao montante total da compensação devida ao município;
- b) K_1 — exprime a relação entre o valor ponderado do solo apto para construção e o valor da construção, variável em função da localização, consoante a zona onde se insere, de acordo com o seguinte quadro:

Zona	K_1
Freguesias de Águas Santas, Gueifães, Maia, Moreira, Pedrouços, Vermoim e Vila Nova da Telha	0.15
Freguesias de Barca, Gemunde, Santa Maria de Avioso, São Pedro de Avioso, Milheirós e Nogueira	0.135
Freguesias de Folgosa, Gondim, São Pedro Fins e Silva Escura	0.12

- c) Ab (m²) = $i \times A$ — área bruta de construção passível de edificação na área destinada a equipamento público, espaços verdes e outros espaços de utilização colectiva, em que:

- i) i — índice de construção previsto na operação urbanística;
- ii) A — área de terreno objecto de compensação que deveria ser cedida ao município para espaços verdes e de utilização colectiva, bem como para a instalação de equipamentos públicos, calculada de acordo com os parâmetros de dimensionamento definidos pelo Plano Municipal de Ordenamento do Território em vigor ou, caso não exista, pela Portaria n.º 1136/2001, de 25 de Setembro.

- d) C (euros)/m² — valor em euros para efeitos de cálculo, correspondente ao custo do metro quadrado de construção, a que se refere o n.º 1 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 13/86, de 23 de Janeiro, decorrente do preço da construção fixado na portaria publicada para o efeito, para as diversas zonas do País, tomando o valor de 629,53 euros, valor esse que será revisto através de deliberação da Câmara Municipal.

2 — O valor da liquidação será arredondado, por excesso, para a centésima imediatamente superior.

Artigo 45.º

Liquidação e cobrança

1 — A presente compensação é cobrada conjuntamente com a concessão do alvará de loteamento, obras de urbanização ou edificação.

2 — O pagamento da compensação poderá ser autorizado em regime de prestações, mediante deliberação da Câmara, desde que seja pago, de imediato, 50 % do valor total calculado, sendo o restante pago de acordo com plano a apresentar pelo requerente, não podendo ultrapassar o momento do pedido da licença de utilização, quando se tratar de obras de edificação e da recepção provisória no caso de se tratar de loteamentos e obras de urbanização.

3 — O fraccionamento da cobrança previsto no número anterior será concedido desde que seja prestada caução nos termos do disposto no artigo 54.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro.

4 — Para efeitos do disposto no n.º 2, as prestações mensais a liquidar, de acordo com o plano aprovado pela Câmara Municipal, incluirão sempre o valor correspondente à aplicação de juros de mora contados sobre o respectivo montante em dívida até à data do pagamento efectivo de cada uma das prestações.

5 — Sempre que ocorrer atraso no pagamento das ditas prestações, aplicar-se-á um acréscimo de 1 % pelo tempo de mora.»

Artigo 2.º

São alterados os quadros VIII, XIV, XVI e XVIII, que passam a ter seguinte redacção:

QUADRO VIII

Licenças de utilização ou suas alterações previstas em legislação específica

	Valor (em euros)
1 — Emissão de licença de utilização e suas alterações para estabelecimentos de restauração e bebidas:	
a) Estabelecimentos de bebidas	150,00
b) Estabelecimentos de bebidas com sala ou espaços destinados a dança	150,00
c) Estabelecimentos de bebidas com fabrico próprio de pastelaria, panificação e gelados da classe D	150,00
d) Estabelecimentos de restauração	250,00
e) Estabelecimentos de restauração com sala ou espaços destinados a dança	300,00
f) Estabelecimentos de restauração com fabrico próprio de pastelaria, panificação e gelados da classe D	250,00
g) Estabelecimentos de exploração exclusiva de máquinas de diversão	100,00
h) Acresce às previstas nas alíneas anteriores, por cada metro quadrado de área de construção	10,00
2 — Emissão de licença de utilização e suas alterações no âmbito dos estabelecimentos regulados pelo Decreto-Lei n.º 370/99, de 18 de Setembro:	
a) Estabelecimentos de comércio por grosso de produtos alimentares	150,00
b) Estabelecimentos de comércio a retalho de produtos alimentares	150,00
c) Armazéns de produtos alimentares	150,00
d) Estabelecimentos de comércio por grosso não alimentar	150,00
e) Estabelecimentos de comércio a retalho não alimentar	150,00
f) Estabelecimentos de prestação de serviços	150,00
g) Acresce às previstas nas alíneas anteriores, por cada metro quadrado de área de construção	10,00
3 — Emissão de licença de utilização e suas alterações de empreendimentos turísticos	300,00
a) Acresce ao n.º 3, por cada 15 m ² de área bruta de construção:	
i) Estabelecimentos hoteleiros	30,00
ii) Meios complementares de alojamento turístico	20,00
b) Acresce ao n.º 3, por cada 15 m ² de área ocupada:	
i) Recintos de espectáculos e divertimentos públicos	15,00
ii) Parques de campismo	10,00
4 — Licenciamento do funcionamento de áreas de serviço na rede viária municipal	250,00
5 — Licenciamento de instalações de abastecimento de combustíveis	300,00
6 — Licenciamento de instalações de armazenamento de combustíveis	300,00
7 — Licenciamento de instalações ou alterações de instalações industriais de tipo 4	78,44

QUADRO XIV

Vistorias

	Valor (em euros)
1 — Vistoria a realizar para efeitos de emissão de licença de utilização relativa à ocupação de espaços destinados à habitação:	
a) Acresce, por fogo ou unidade de ocupação e seus anexos	30,00
b) Por cada fogo a mais	20,00
2 — Vistoria a realizar para efeitos de emissão de licença de utilização relativa à ocupação de espaços destinados a comércio e serviços	30,00
a) Acresce, por cada unidade de ocupação	80,00
3 — Vistorias para efeitos de emissão de licença de utilização relativa à ocupação de espaços destinados a armazéns ou indústrias	30,00
a) Acresce em estabelecimentos até 500 m ²	100,00
b) Acresce, ainda, por cada 500 m ² a mais ou fracção	120,00

	Valor (em euros)
4 — Vistorias para efeitos de emissão de licença de utilização relativa à ocupação de espaços destinados a serviços de restauração e de bebidas	30,00
a) Acresce por estabelecimento	100,00
5 — Vistorias para efeitos de emissão de licença de utilização relativa à ocupação de espaços destinados a estabelecimentos alimentares e não alimentares, abrangidos pelo Decreto-Lei n.º 370/99, de 18 de Setembro, e fixados na Portaria n.º 33/2000, de 18 de Janeiro	30,00
a) Acresce por estabelecimento	80,00
6 — Vistorias para efeitos de emissão de licença de utilização relativa à ocupação de espaços destinados a empreendimentos hoteleiros e meios complementares de alojamento turístico, parques de campismo públicos e conjuntos turísticos ...	30,00
a) Acresce por tipo de ocupação, tratando-se de um conjunto turístico	80,00
b) Acresce, ainda, por cada estabelecimento comercial, restauração e de bebidas	100,00
c) Acresce, ainda, por cada serviço e por quarto	20,00
7 — Vistorias para efeitos de emissão de licença de funcionamento de áreas de serviço na rede viária municipal, por unidade de ocupação	150,00
8 — Vistorias para instalação de postos de armazenamento e ou abastecimento de combustíveis, por vistoria e por unidade de ocupação	150,00
9 — Para constituição de propriedade horizontal:	
9.1 — Por unidade	30,00
9.2 — Acresce por cada fracção autónoma e por cada 200 m ² ou fracção:	
a) Sendo para indústria, comércio ou serviços	10,00
b) Sendo para outros fins	5,00
10 — Vistorias para efeitos de emissão de licença de utilização, requeridas ao abrigo do artigo 9.º do RAU, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 321-B/90, por cada fogo ou unidade de ocupação	25,00
11 — Vistorias ao abrigo do artigo 90.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho:	
a) Por fogo ou unidade de ocupação	25,00
b) Partes comuns	25,00
c) Por cada garagem ou anexo, constituindo ou não fracção autónoma	15,00
12 — Vistorias a recintos de espectáculos e divertimentos públicos, por unidade	100,00
13 — Vistorias relativas ao processo de licenciamento ou resultantes de qualquer facto imputável ao industrial, e ainda relativa à emissão de licença de exploração industrial	78,44
14 — Vistorias para verificação das condições do exercício da actividade industrial ou do cumprimento das medidas impostas nas decisões proferidas sobre reclamações ou recursos ou ainda de reexame das condições de exploração industrial	78,44
15 — Vistorias a instalações industriais decorrentes de falta de cumprimento das condições	157,00
16 — Vistorias para verificação do cumprimento das medidas impostas na sequência de desactivação definitiva das instalações industriais	78,44
17 — Outras vistorias não previstas nos números anteriores	30,00

QUADRO XVI

Inscrição de técnicos

	Valor (em euros)
1 — Por inscrição, renovação:	
a) Para assinar projectos	64,00
b) Para assinar projectos e dirigir obras	120,00
2 — Registo de declaração de responsabilidade, por técnico e por projecto ou aditamento a projecto	2,00

QUADRO XVIII

Serviços diversos

	Valor (em euros)
1 — Emissão de certidão da aprovação de edifício em regime de propriedade horizontal:	
a) Cada	50,00
b) Acresce, por cada fracção destinada a habitação	10,00
c) Acresce por unidade de ocupação para actividade comercial, industrial ou de serviços, por cada 50 m ² ou fracção	15,00
d) Por local de estacionamento constituindo fracção autónoma, cada 30 m ² ou fracção	25,00
e) Por cada garagem ou anexo, constituindo fracção autónoma, cada 30 m ² ou fracção	25,00

	Valor (em euros)
2 — Apresentação de requerimento:	
a) Sendo de obras de construção, reconstrução, ampliação ou modificação de loteamentos e respectivos aditamentos, incluindo o custo da capa para o processo ou para a constituição do regime de propriedade horizontal	17,53
b) Sendo de viabilidade ou anteprojecto para obras ou loteamentos	13,44
c) Sendo para outras obras de interesse particular	3,62
d) Sendo para depósito da ficha técnica da habitação e ou emissão de segunda via da mesma	15,00
e) Sendo quaisquer outros requerimentos ou petições	2,00
3 — Elaboração, em impresso próprio, de requerimentos de interesse particular:	
a) Para loteamentos, obras e suas prorrogações	2,59
b) Outros	1,60
4 — Averbamentos de novo proprietário:	
a) Em processo de obras	50,00
b) Em processo de loteamento	50,00
c) Em processos de instalação de estabelecimentos ao abrigo de legislação especial, designadamente estabelecimentos industriais de tipo 4	78,44
5 — Outros averbamentos	25,00
6 — Buscas, aparecendo ou não o objecto	3,00
7 — Emissão de certidões, por cada lauda, ainda que incompleta:	
a) Sendo de teor	5,00
b) Sendo narrativa	10,00
c) Sendo de autorização de localização industrial	78,44
8 — Emissão de certidão de propriedade horizontal, por cada fracção	3,00
9 — Fotocópias de documentos (peças escritas), por cada lauda, ainda que incompleta:	
a) Sendo autenticada	2,20
b) Sendo simples	0,80
10 — Fotocópias de documentos (peças desenhadas):	
a) Sendo de formato A4	1,00
b) Acresce por cada tamanho A4 ou fracção	2,00
11 — Fornecimento, a pedido dos interessados, de segundas vias de documentos, em substituição dos originais extraviados ou em mau estado — cada	2,39
12 — Fornecimento de desenhos ou plantas topográficas ou outras existentes nos arquivos municipais, em papel de cópia, ozalide ou semelhante:	
a) Formato A4, cada	7,50
b) Acresce por cada tamanho A4 ou fracção	2,50
c) Formato A3	15,00
d) Acresce por cada tamanho A3 ou fracção	2,50
13 — Fornecimento a terceiros, e em suporte magnético, de cópias do levantamento aerofotogramétrico do concelho (cartografia digital):	
12.1 — À escala 1/1000 — área mínima de 40 ha, por hectare	33,09
12.2 — À escala 1/5000 — área mínima de 1000 ha, por hectare	3,99
12.3 — À escala 1/10 000 — área mínima de 4000 ha, por hectare	0,67
14 — Fornecimento do Plano Director Municipal:	
a) Publicação completa	140,00
b) A4 das peças escritas	0,15
c) A4 das peças desenhadas	1,00
d) Metro quadrado, ou fracção, das peças desenhadas (mínimo 0,5 m ²)	16,00
15 — Fornecimento do Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável:	
a) Cada A4	0,15
b) Cada A3	1,00
c) Publicação completa:	
i) Edição técnica	15,00
ii) Edição prestígio	25,00

	Valor (em euros)
16 — Carta do ruído:	
a) Publicação completa	150,00
b) A4 das peças escritas	0,15
c) A4 das peças desenhadas	1,00
d) Metro quadrado, ou fracção, das peças desenhadas (mínimo 0,5 m ²)	16,00
17 — Fornecimento de outros planos municipais de ordenamento do território aprovados:	
a) A4 das peças escritas	0,15
b) A4 das peças desenhadas	1,00
c) Metro quadrado, ou fracção, das peças desenhadas (mínimo 0,5 m ²)	16,00
18 — Fornecimento de outros planos municipais de ordenamento do território em elaboração:	
a) A4 das peças escritas	0,15
b) A4 das peças desenhadas	1,00
c) Metro quadrado, ou fracção, das peças desenhadas (mínimo 0,5 m ²)	16,00
19 — Estudos sectoriais aprovados, elaborados no âmbito do PDM:	
a) A4 das peças escritas	0,15
b) A4 das peças desenhadas	1,00
c) Metro quadrado, ou fracção, das peças desenhadas (mínimo 0,5 m ²)	16,00
20 — Estudos diversos produzidos pela Câmara Municipal:	
a) A4 das peças escritas	0,15
b) A4 das peças desenhadas	1,00
c) Metro quadrado, ou fracção, das peças desenhadas (mínimo 0,5 m ²)	16,00
21 — Ortofotomapas do concelho (cópia a cores):	
a) Taxa fixa por local (A4)	10,00
b) Acresce por fracção	6,00
c) Por metro quadrado (mínimo 0,5 m ²)	50,00
22 — Levantamento cadastral — taxa fixa, por local (A4, à escala 1/1000)	50,00
23 — Informação estatística:	
a) Taxa fixa, por registo	0,30
b) Acresce, por variável	0,40
24 — Marcação de alinhamento e nivelamento para obras a confinar com a via pública:	
a) Cada	20,00
b) Acresce por cada 50 m lineares ou fracção de frente para a via pública	4,22
25 — Numeração de prédios, por cada número de polícia fornecido	3,00
26 — Desselagem de máquinas, aparelhos e demais equipamentos	78,44
27 — Realização de colheitas, amostras, ensaios laboratoriais ou quaisquer outras avaliações necessárias à apreciação das condições do exercício da actividade industrial	78,44
28 — Reposição de pavimentos na via pública, levantados ou danificados, por motivo da realização de quaisquer obras ou trabalhos não promovidos pela Câmara Municipal, bem como a limpeza das vias públicas danificadas por argamassas ou outros materiais, quando não seja autorizada a sua execução ou não sejam executados os prazos estabelecidos, por metro quadrado ou fracção ou por metro linear ou fracção:	
a) Faixa de rodagem/estacionamento em semipenetração	18,00
b) Faixa de rodagem/estacionamento em betão betuminoso	21,60
c) Faixa de rodagem/estacionamento em cubos e ou paralelepípedos de granito de 1. ^a	30,00
d) Faixa de rodagem/estacionamento em cubos e ou paralelepípedos de granito de 2. ^a	24,00
e) Estacionamento em favo de betão com arrelvamento	18,00
f) Faixa ajardinada de protecção à faixa de rodagem	8,40
g) Passeios em microcubo de granito	42,00
h) Passeios em lajeado de granito	120,00
i) Passeios em microcubo de calcário	43,20
j) Passeios em microbetuminosos	108,00
k) Passeios em elementos modulares de betão — pedra-de-chão	21,60
l) Passeios em betonilha	15,60
m) Guias de granito de 30 cm	60,00
n) Guias de granito de 20 cm	42,00
o) Guias de granito de 15 cm	36,00
p) Guias de granito de 8 cm	30,00
q) Guias de betão	18,00

	Valor (em euros)
r) Rede de águas pluviais	60,00
s) Rede de abastecimento de água	36,00
t) Rede de drenagem de águas residuais domésticas	66,00
u) Ajardinamento dos espaços verdes	18,00
29 — Fornecimento do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação:	
a) Cada A4	0,15
b) Publicação completa	12,00

Artigo 3.º

A presente alteração entra em vigor no dia imediato à sua publicação no *Diário da República*.

CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Aviso n.º 973/2005 (2.ª série) — AP. — Para efeitos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicado à administração local autárquica pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, torna-se público que, por meu despacho de 5 do corrente mês, foi deferido o pedido de exoneração do funcionário deste município, Rafael Quaresma da Fonseca. (Processo isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

13 de Janeiro de 2005. — Por delegação, o Vice-Presidente da Câmara, *José Manuel Saraiva Cardoso*.

CÂMARA MUNICIPAL DE MEDA

Aviso n.º 974/2005 (2.ª série) — AP. — Dr. João Germano Mourato Leal Pinto, presidente da Câmara Municipal de Meda:

Torna público, nos termos da alínea u) do n.º 1 do artigo 68.º do Decreto-Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, e para efeitos do artigo 91.º do mesmo diploma legal, que o município de Meda, em sua reunião de 14 de Dezembro de 2004, aprovou a alteração ao Regulamento dos Períodos de Abertura e Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e de Prestação de Serviços do Concelho de Meda, cuja deliberação foi homologada pela Assembleia Municipal em sessão realizada no dia 28 de Dezembro de 2004.

O Regulamento referido encontra-se presente nos serviços do município, nos termos e para os efeitos definidos na lei e entra em vigor 15 dias após a sua publicação no *Diário da República*.

E eu, (*Assinatura ilegível*), chefe da Divisão dos Serviços Urbanos do Município de Meda, o subscrevo.

5 de Janeiro de 2005. — O Presidente da Câmara, *João Germano Mourato Leal Pinto*.

Alteração ao Regulamento dos Períodos de Abertura e Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e de Prestação de Serviços do Concelho de Meda.

Preâmbulo

O Decreto-Lei n.º 48/96, de 15 de Maio, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 126/96, de 10 de Agosto, e as Portarias n.ºs 153/96 e 154/96, de 15 de Maio, vieram reformular os horários de funcionamento dos estabelecimentos comerciais previstos na legislação anterior.

De acordo com o n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 48/96, de 15 de Maio, compete aos municípios, através dos seus órgãos autárquicos, elaborar ou rever os regulamentos municipais relativos aos horários de funcionamento dos estabelecimentos comerciais, com a observância dos critérios fixados nos diplomas acima mencionados.

Apesar de o município de Meda se encontrar já dotado de um regulamento sobre aquela matéria, o mesmo carece de actuali-

zação, razão pela qual se vai proceder à revisão do actual Regulamento.

Com a presente alteração pretende-se, deste modo, dar cumprimento ao decreto-lei já citado.

Assim, a Câmara Municipal de Meda, no uso da competência prevista pelos artigos 112.º e 241.º da Constituição da República Portuguesa, «as autarquias locais dispõem de poder regulamentar próprio nos limites da Constituição, da lei e dos regulamentos emanados das autarquias de grau superior ou das autoridades com poder de tutela», e conferida pela alínea a) do n.º 6 do artigo 64.º, e alínea a) do n.º 2 do artigo 53.º e ambas da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, apresenta a seguinte proposta de alteração ao Regulamento dos Períodos de Abertura e Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e de Prestação de Serviços do Concelho de Meda.

Lei habilitante

O presente Regulamento é elaborado ao abrigo do disposto no artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa e de acordo com o artigo 29.º da Lei n.º 42/98, de 6 de Agosto, Portarias n.ºs 153/96 e 164/96, de 15 de Maio, alínea a) do n.º 2 do artigo 53.º e alínea a) do n.º 6 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, todos os diplomas com redacção actualizada.

Artigo 1.º

Âmbito e objecto

O presente Regulamento Municipal tem por objecto a fixação dos períodos de abertura e funcionamento dos estabelecimentos de venda ao público e prestação de serviços, a que alude o artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 48/96, de 15 de Maio, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 126/96, de 10 de Agosto, situados no concelho de Meda.

Artigo 2.º

Regime geral

Os estabelecimentos de venda ao público e de prestação de serviços, incluindo os localizados em centros comerciais, situados na área do município de Meda, podem estar abertos entre as 6 e as 24 horas de todos os dias da semana.

Os estabelecimentos situados em centros comerciais que atingirem áreas de venda contínua, tal como definidas no Decreto-Lei n.º 218/97, de 20 de Agosto, terão de observar o horário de funcionamento das unidades comerciais de dimensões relevantes contínuas, fixadas na Portaria n.º 153/96, de 15 de Maio.

Artigo 3.º

Regimes especiais

Exceptuam-se do disposto no artigo anterior, ficando sujeitos a regimes especiais de funcionamento, os seguintes estabelecimentos:

- Cafés, cervejarias, casas de chá, restaurantes, *snack-bars* e *self-services* poderão estar abertos das 6 até às 2 horas de todos os dias da semana;
- Lojas de conveniência, tal como definidas na Portaria n.º 154/96, de 15 de Maio, poderão estar abertas das 6 até às 2 horas de todos os dias da semana;
- Clubes, *cabarets*, *boîtes*, *dancings*, casas de fado e estabelecimentos análogos poderão estar abertos das 6 até às 4 horas de todos os dias da semana;